

Projeto Rondon e Ensino no Brasil: construção de uma aliança entre conhecimento empírico e científico

Camila Medeiros Pravato

Universidade Salgado de Oliveira - Universo/Juiz de Fora

Índice

Introdução	2
1 As Diversidades Culturais Brasileiras – o caminho da democracia	4
2 O Marechal Rondon: “morrer se preciso for; matar nunca!” .	13
3 Projeto Rondon: extensionismo e inclusão social	21
4 Extensão Universitária como Pilar das Universidades Brasileiras (Ensino, Pesquisa, Extensão)	28
Conclusão	33
Referências Bibliográficas	35

Resumo

O presente trabalho explora a experiência da participação da equipe da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO – Juiz de Fora, no Projeto Rondon. Com a finalidade de integrar o estudante à realidade do Brasil, e desenvolver ações políticas, econômicas, assistenciais e educativas para a população carente, em julho de 2007, professores e alunos de cinco cursos visitaram a cidade de Japarutuba, SE. O projeto representa o esforço intelectual de pesquisa e compreensão do processo histórico, envolvendo a saga do sertanista Cândido Mariano Rondon e seu legado para a formação de indianistas e antropólogos. Patrono das

Comunicações, seu exemplo de vida atravessa fronteiras geográficas e transcende concepções filosóficas, alcançando a consagração dos meios acadêmicos ao inspirar o projeto de extensão universitária. Pretende-se, enfim, contribuir através deste estudo para ressaltar a importância da aliança entre o conhecimento científico e o empírico na vida de todos os cidadãos, e a contribuição do Projeto Rondon para proporcionar essa troca de conhecimentos entre estudantes e comunidades carentes.

Palavras-chave: extensão universitária, Projeto Rondon, integração, cultura, Marechal Rondon

Introdução

O PRESENTE TRABALHO é produto de reflexões a partir da experiência obtida através da Operação Centenário, do Projeto Rondon, em Japarutuba (SE), no período de 15 a 27 de julho de 2007. No município, atuaram as equipes da Universidade Salgado de Oliveira – Universo – Juiz de Fora, e da Faculdade Madre Thaís, de Ilhéus, Bahia. A equipe da Universo foi coordenada pelo Professor de Jornalismo, Robson Terra, e contou também com a participação da Professora do curso de Enfermagem Hérica Dutra. Participaram ainda as alunas de Enfermagem Camila Reis e Dircilene Cardozo, o aluno do curso de Direito Wharley Gonçalves, Iriê Salomão de Educação Física, Débora Polheim de Pedagogia. Eu, Camila Pravato, participei como acadêmica de jornalismo. Da equipe de Ilhéus participaram o Professor do Curso de Administração Newton Aranha, os alunos Tílio Farias, Getílio Dias, Érika Matos, Laís Mendes, Jorge Alex Marinho e Daltino Alves, também de administração.

O projeto coordenado pelo Ministério da Defesa, desde 1967, auge da ditadura militar (abordaremos a relação entre a ditadura militar e o início do Projeto Rondon no terceiro capítulo), tem como objetivo valorizar a cultura das comunidades carentes e ao mesmo tempo, leva informações, através de universitários, a respeito de temas importantes nos dias atuais, como saúde, educação e direitos humanos.

Além de desenvolver atividades voltadas para o resgate da cidadania, o Projeto Rondon promove a troca de conhecimento entre universitários e comunidades carentes. É preciso levar em consideração que

qualquer informação detida pelo ser humano é conhecimento, no entanto não existe aquele que possa saber a respeito de tudo. Diferentes vivências formam variados olhares sobre as realidades.

Para possível análise, o trabalho aqui proposto aborda a divisão entre conhecimento científico e conhecimento empírico. Existem diferentes conceitos de autores sobre essas nomenclaturas. Propõe-se qualificar o que se aprende nas universidades de conhecimento científico, e o que é obtido através da observação, baseado no senso comum, de conhecimento empírico.

Vale lembrar que o primeiro surge do segundo. Ou seja, qualquer informação antes de passar pelos processos necessários, para ser comprovada, começa como uma suposição. As leis e teorias representam o esforço para compreender o universo por meio de explicações, previsões e sistematizações. Logo, o conhecimento é fruto da busca de pesquisadores e está em constante metabolismo e crescimento, posto que, sendo sempre desafiador, induz ao permanente questionamento de uma dada realidade. Ou seja, o mundo real, em sua essência e dinâmica, extrapola os limites de qualquer ciência, cujo objeto não se refere nunca ao que já se sabe, mas ao se quer obter através da pesquisa.

Desta forma a aliança entre o conhecimento científico e o empírico na vida de todos os cidadãos possibilita uma formação mais crítica e mais humana para os mesmos. Portanto, toda informação é válida, seja ela adquirida através das universidades ou por experiências de vida, daí a importância do Projeto Rondon, que visa a troca de conhecimentos entre estudantes e comunidades carentes.

É fato que um país multirracial possui grande diversidade cultural e, portanto, os povos mais afastados dos pólos políticos e econômicos do país, não têm a cultura devidamente valorizada, e sua realidade é, por muitos, desconhecida. De tal modo, não têm oportunidades para desenvolver suas criatividade de maneira revolucionária.

Faz-se necessária a integração de tais comunidades ao restante do país, assim como o reconhecimento cultural e o desenvolvimento de ações políticas, econômicas, assistenciais e educativas nas mesmas. O Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon dedicou sua vida a trabalhos para integrar os índios à civilização, além de contribuir para o conhecimento científico. Rondon fez levantamentos cartográficos, topográficos, zoológicos, botânicos, etnográficos e lingüísticos na Ama-

zônia. Foi o primeiro diretor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI). Nos anos 40 foi presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

Sua contribuição para a valorização de indígenas, e sua ação humanística lhe proporcionaram amplo reconhecimento mundial, com diversas homenagens, como o prêmio *Livingstone*, em Nova Iorque. Entre elas, recebeu a consagração das universidades brasileiras, através do Projeto Rondon. O programa surgiu com os mesmos objetivos do Marechal, a integração de populações do interior do Brasil, especificamente da Amazônia, ao pólo político do país.

Desde sua criação, o Projeto Rondon possibilita a extensão universitária, contribuindo não apenas com as comunidades visitadas, mas também com a formação acadêmica do estudante.

A partir da aproximação com outras comunidades, os estudantes passam a ter uma visão maior do mundo. O universitário transmite informações cientificamente comprovadas, coloca em prática seu conhecimento acadêmico, e ao mesmo tempo, convive com culturas e realidades distintas. Desta forma, o projeto contribui para a democratização cultural no país.

O aprofundamento deste estudo sustenta-se no esforço de pesquisa literária, adotando-se, como referência, aqueles intelectuais que, na esteira do pensamento e da obra de Cândido Mariano Rondon, dedicaram suas vidas e produção científica à construção da democracia brasileira, ressaltando-se, pela própria natureza do processo democrático, o caráter pluralista da formação desses pensadores.

1 As Diversidades Culturais Brasileiras – o caminho da democracia

A ciência tem por necessidade buscar a confirmação. E por isso, desqualifica as informações que não foram cientificamente comprovadas, por meio de investigação, experimentação e pesquisa. Segundo Demo apud Lúcia Santaella¹, “a ciência não é a acumulação de resultados definitivos”, mas principalmente, “o questionamento inesgotável de uma realidade também inesgotável”.

¹ SANTAELLA, L. (2001), p. 104.

De acordo com Paulo Freire, só existe educação dentro das sociedades humanas, e todo homem, de qualquer sociedade ou civilização, possui educação. O autor acredita na emergência política das classes populares, e faz reflexão sobre a cultura e o movimento popular. Ainda segundo ele, existe uma “elite” que domina a cultura, e que só aceita o formal e erudito.

Para a Sociologia, segundo Roberto Elísio dos Santos², a comunicação entre indivíduos é necessária para dar sentido de comunidade e tornar uma idéia ou informação comum a todos, ou seja, comunicar é o elemento desencadeador e delimitador da interação social. O autor afirma que é o processo modelador do comportamento humano. Conforme a filosofia marxista, a comunicação é fator de evolução social, elemento indispensável à cooperação e coexistência. É através da troca de informações que se dá o entendimento entre os homens.

Paulo Freire propõe a democratização da cultura, para que ninguém seja excluído da vida nacional. É neste ponto que suas idéias sobre educação se assemelham aos princípios teóricos que norteiam o Projeto Rondon, uma vez que valorizam não só a educação escolar, como também a cultura popular:

Nunca, porém, abandonamos a convicção que sempre tivemos, de que só nas bases populares e com elas, poderíamos realizar algo de sério e autêntico para elas. Daí, jamais admitirmos que a democratização da cultura fosse a sua vulgarização, ou por outro lado, a doação ao povo, do que formulássemos nós mesmos, em nossa biblioteca e que a ele entregássemos como prescrições a serem seguidas.³

Cultura é direito de todos, e não privilégio de alguns. Democratizar a cultura é dar direito de acesso às obras culturais, direito à informação, à formação e produção culturais a todas as sociedades. O Brasil possui grande diversidade de costumes, crenças, manifestações populares e informação cultural, geralmente heranças de gerações passadas.

De acordo com Marilena Chauí⁴, toda sociedade institui uma moral válida a todos os seus membros, isto é, valores referentes ao bem e

² SANTOS, R. (1998), p.12.

³ FREIRE, P. (1978), p. 102.

⁴ CHAUI, M. (2003), p. 310.

ao mal, ao permitido e ao proibido, e à conduta correta. Para ela, as condições em que o indivíduo vive modelam seus sentimentos, condutas, ações e comportamentos. Desta forma, o homem é formado por costumes da própria sociedade, que educa para respeitar e reproduzir os valores propostos por ela como bons e, portanto, como obrigações e deveres.

Para o antropólogo Roque de Barros Laraia, que, na década de 70, participou do Rondon como coordenador do Campus Avançado da Universidade de Brasília (UnB), em Aragarças (MT), a diversidade cultural existente entre diferentes povos é explicada pela desigualdade de estágios existentes no processo de evolução. As transformações da sociedade derivam da relação entre grupos e propagação de seus elementos culturais:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções.⁵

Para Milton Santos, em seu profundo conhecimento sobre a questão da territorialidade e sua relação com a cultura, esta é, na verdade a maneira como o indivíduo e o grupo se comunicam com o universo. Não pode ser reduzida a uma herança, na medida em que se constitui também em um “reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido do próprio processo de viver”.⁶

Segundo Roberto de Barros Laraia, a natureza cria os homens inteligentes, mas é preciso também oferecer a esses indivíduos oportunidade para desenvolver sua criatividade de maneira revolucionária. O autor afirma que a experiência cultural pode estimular ou limitar a ação criativa dos indivíduos:

Não existe a possibilidade de um indivíduo dominar todos os aspectos de sua cultura. Nenhum sistema de socialização é idealmente perfeito, em nenhuma sociedade são todos os indivíduos igualmente bem socializados, e ninguém

⁵ LARAIA, R. (2002), p. 45.

⁶ SANTOS, M. (1993), p. 63.

é perfeitamente socializado. Um indivíduo não pode ser igualmente familiarizado com todos os aspectos de uma sociedade, pelo contrário, ele pode permanecer completamente ignorante a respeito de alguns aspectos. O importante, porém, é que deve existir um mínimo de participação do indivíduo na pauta de conhecimento da cultura a fim de permitir a sua articulação com os demais membros da sociedade. Todos necessitam saber como agir em determinadas situações e, também como prever o comportamento dos outros.⁷

O conhecimento empírico é tradição no município de Japaratuba. De origem indígena e de escravos, os habitantes preservam os costumes, folclore, crenças, festas, artesanato e os princípios dos primeiros povos da região. No entanto, existe a falta de informação quanto a assuntos fundamentais. Por meio de palestras desenvolvidas pelo projeto, a população, de idade variada entre crianças e idosos, aprendeu sobre doenças sexualmente transmissíveis, direitos do consumidor, entre outros temas, e participou também de oficinas de informática.

Através da proposta do Rondon, pessoas de sociedades distintas podem compartilhar culturas, e aprender a aceitar as diferenças ao promover a socialização. De acordo com Maria Lúcia de Arruda Aranha, a socialização é importante para evitar o etnocentrismo, ou seja, o pré-julgamento de culturas diversas, e também evitar a xenofobia, aversão ao estrangeiro. Afirma que a variedade cultural no Brasil faz parte de uma sociedade pluralista, e que, portanto, não faz sentido tecer considerações a respeito da superioridade de uma sobre a outra. Não existe cultura melhor ou pior, e sim diferentes de acordo com realidades distintas.

O grande desafio está na *popularização da cultura*, ou seja, na abertura de oportunidades iguais, para que todos tenham acesso não só ao consumo (ativo, nunca passivo) da cultura, mas também à sua produção. Para tanto, é necessário o esforço conjunto da sociedade, que não se restringe apenas ao espaço da escola (embora este seja importante). Nesses

⁷ LARAIA, R. (2002). p.83.

espaços, as atividades culturais devem ser realizadas não para as pessoas, mas *com* elas.⁸

Segundo a autora, desta forma, evita-se o sentimento de superioridade e inferioridade, e a conseqüente dominação de um grupo sobre o outro. Sugere, ainda, que para a educação completa é necessária a discussão como forma de reflexão e crítica, através de debates, seminários e palestras que façam uma aliança entre o cotidiano e o universo de informação.

Através do Rondon, os universitários conhecem o dia-a-dia, as características da comunidade, o tipo de informação deficiente, a linguagem, para, a partir deste conhecimento, promover grupos de discussão e palestras sobre os temas necessários. Os estudantes conhecem a realidade local, a fim de problematizá-la e suscitar propostas de soluções que contribuam para promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

A Constituição Federal de 1988, aclamada como constituição cidadã, garante em seu art. 215, seção II, parágrafo 1º, que “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”.⁹

A operação Rondon mostrou que apesar do município de Japarutuba possuir uma tradição folclórica rica e variada, a mesma não é valorizada nem pela mídia, que prioriza as manifestações culturais dos grandes centros urbanos, e nem pelos habitantes, que seguem os valores impostos pela mídia. Por este motivo, é possível perceber na população um sentimento de inferioridade cultural.

Levando-se, então, em consideração que não existe cultura inferior ou superior, e sim diferente, e de acordo com a realidade da comunidade, os grupos folclóricos e movimentos culturais são característicos no município, cada um carregando uma história através das gerações. São eles, de acordo com documento da Prefeitura do Município de Japarutuba¹⁰, o *Cacumbi*, *Chegança*, *Batalhão*, *Reisado*, *Maracatu*,

⁸ ARANHA, M. (2002), p.43.

⁹ MEC. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

¹⁰ JAPARATUBA (SE). Prefeitura Municipal. Japarutuba em dados, Dep. de Turismo, maio de 2006.

a *Quadrilha, Guerreiro, Olorum Axé, Maculelê, Taieira, Pastoril e a Zabumba*, que através da dança, dos seus cantos, gestos e ritmos representam as tradições africanas, indígenas, nordestinas e contam a história da cultura de um povo.

O *Cacumbi* manifesta, através da dança, a louvação aos padroeiros dos negros afro-brasileiros, que são Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. O grupo, composto por integrantes do sexo masculino, com idade entre 15 e 60 anos, se apresenta no "Dia de Reis", 06 de janeiro. As músicas são algumas para cortejo nas ruas e outras destinadas a apresentações em Igrejas. Os instrumentos utilizados são cuíca, pandeiro, reco-reco, caixa e ganzá e representam a força da cultura negra.

De origem ibérica, o *Reisado* se instalou em Sergipe no período colonial e, atualmente, é dançado em qualquer época do ano e em qualquer lugar ou evento. É uma dança dramática, recheada de histórias folclóricas e composta por sátira, humor e picardia. Os instrumentos musicais são triângulo, sanfona e tambor. Antigamente, os conjuntos também utilizavam o cavaquinho, violão e pandeiro. É composto de 15 componentes, sendo eles a Dona do baile, o Mateus, o boi, a cabocla, a ingazeira, a cigana, a borboleta, o aeroplano, a sereia, a Flor dos amores, o papagaio, a estrela, o nambu, e os camponeses.

O *Maculelê* é uma dança considerada, por algumas pessoas, originariamente indígena e de teor dramático. Segundo a lenda, a dança teria sido criada em homenagem a um guerreiro que certo dia não saiu para a caça junto aos outros, portanto, foi o único que estava presente ao ataque de uma tribo inimiga. Sozinho, teria lutado bravamente até a morte em defesa das mulheres, crianças e idosos.

O ritual mostra os guerreiros saindo para a caça, dançando em volta de um deles, batendo os bastões com o herói e no chão. Esse momento é caracterizado pela alegria da partida para mais um dia de caça, reverenciando os deuses, pedindo fartura e proteção. No segundo inicia a dramatização. O herói jovem, forte e combatente, lutará até a morte contra os invasores. O terceiro momento é o retorno dos guerreiros, a constatação do acontecido, o encontro com a tragédia.

O *Olorum Axé* é um ritmo afro envolvido na cultura brasileira. Representa a tradição dos ancestrais africanos, a emoção musical, a culinária e o vestuário. Baseado no ritmo afro-baiano, o grupo resgata a cultura popular, motivo de orgulho para o povo de Japarutuba, que tem

plantado em suas raízes a maior manifestação folclórica do Estado de Sergipe. O ritmo do *Olorum Axé* contribui para uma consciência de progresso e desenvolvimento de um povo.

A origem do *Maracatu* é a sobrevivência dos desfiles de caráter religioso – africano. Representa a homenagem ao santo padroeiro ou a Nossa Senhora do Rosário, através da procissão de negros e reis de congos, eleitos pelos escravos, para coroação nas igrejas e posteriores batuques no adro. A dança é composta de rei, rainha, príncipe, princesa, vassallos, ministros, conselheiros, arqueiros, busineiras, porta-bandeiras, soldados, baianas, tocadores e a Porta-Estandarte, além da "calunga", uma boneca que representa *Oxum e Xangô*. O cortejo real do *Maracatu* é lembrança da rainha africana Ginga de Matamba, que deu início a forte resistência contra a ocupação portuguesa nos reinos de Matamba e Angola.

A *Chegança* é um ato popular que festeja o milagre da virgem do Rosário. Tripulantes de uma embarcação teriam enfrentado fortes tempestades, e foram salvos após fazerem promessa à Nossa Senhora. Ligada ao Ciclo Natalino, era dançada em Portugal no século XVIII, mas, em maio de 1745, foi proibida por D. João VI, sob pena de prisão e açoite no tronco. Também de caráter religioso, porém profano, a *Taieira* faz louvação a Nossa senhora do Rosário e São Benedito. No grupo predominam mulheres, que cantam cantigas de roda, relembrando àquelas entoadas pelos escravos nas senzalas dos engenhos.

Em Japarutuba, o *Zabumba* está presente nos povoados, São José da Caatinga e Badajós. É a manifestação de conjuntos musicais compostos por quatro integrantes, todos do sexo masculino. Os instrumentos utilizados são a zabumba (também chamada de bombo) e o pífano (instrumento de sopro fabricado de bambu). As apresentações são feitas em rituais de pagamento de promessas, datas comemorativas, festas religiosas e festivais de cultura popular.

Celebração do nascimento de Jesus, o *Pastoril* chegou ao Brasil no final do século XVI. Logo assumiu características próprias, representando fatos históricos do país, sincretismos ameríndios e negros. As cores azul e vermelho dos trajes expressam as lutas entre cristãos e mouros. A primeira representa Maria, e a segunda, o sangue do pastoril.

O *Batalhão* é uma dança popular do ciclo junino, com cantigas

improvisadas e repetidas em coro pelos participantes. Ao som de instrumentos de percussão, batucadas e batidas de pé, pessoas habilitadas saem nas ruas dançando e com o bacamarte (arma de fogo), atiram para o céu. O grupo é composto por pessoas de todas as idades.

Além das manifestações folclóricas, a comunidade de Japaratuba prestigia as festas. A mais popular é a “Festa das Cabacinhas”, ou “Festa de Santos Reis”. Acontece todo início de janeiro com a guerra das cabacinhas, que no começo do século XX eram chamadas de “Limões de Cheiro”. São recipientes pequenos com água, feitos de cera fundida em forma de cabaças de varias cores. São atiradas nas pessoas molhando-as ao quebrar.

O artesanato bastante variado também faz parte da cultura de Japaratuba. São produzidas telas, rendas, tricôs, crochês, bordados (rendendê, ponto de cruz e o crivo em linho) tecelagem, rede de pesca e jereré, além dos trabalhos em tábua, bambu e cipó, criando bolsas, vassouras, cestos, chapéus, esteiras e covos. Também são produzidas peças em material reciclado. De acordo com informação da prefeitura de Japaratuba, o artesanato do município é conhecido no Brasil e no exterior por qualidade, preço e diversidade.

A decodificação da realidade de Japaratuba, levando em consideração as formas como a sociedade se estrutura e preserva valores culturais, está de acordo com o que Roberto Elísio dos Santos afirma ser a alternativa para fugir da alienação cultural imposta pela mídia:

A única possibilidade de escapar à visão de mundo projetada pelos meios de comunicação se encontra nas manifestações culturais oriundas das camadas mais pobres da população ou na utilização dos meios alternativos. A cultura popular (musica, literatura de cordel, escultura, pintura de murais, festas etc.), além de ser produzida pela própria classe marginalizada, ainda incluiria em seu conteúdo mensagens criticas ao sistema.¹¹

A essa alternativa de escapar da alienação cultural dos meios de comunicação de massa, Luiz Beltrão¹² denomina folkcomunicação. Rela-

¹¹ SANTOS, R. (1998), p.28.

¹² MELO, J. (2003), disponível em: http://www.marquesdemelo.pro.br/textos/textos_anteriores/txt_ant_03.htm

cionada ao folclore, a folkcomunicação estuda a cultura popular brasileira e seus impactos na mídia, e propõe a intermediação entre a cultura das elites e a cultura das classes “marginalizadas”. Aborda o processo de troca de informações, manifestações e atitudes populares ligadas ao folclore que estão inseridas nos meios de comunicação de massa. Desta forma, empregar o folclore nos veículos de comunicação é facilitar para que as pessoas se identifiquem, através da TV ou de um anúncio de jornal ou revista, portanto esse fato passa a influenciar no seu cotidiano.

A folkcomunicação analisa os processos informais de comunicação como o circo, a literatura de cordel, os camelôs, os propagandistas de rua, a escultura popular, dentre outros. Assim, mantém viva a cultura dos “marginalizados”, como as danças, músicas, vestimentas, cumprimentos, tudo, enfim, que caracterize este gesto como sendo originário especificamente da camada popular em oposição às elites.

Existe, na atualidade, a supervalorização da sabedoria livresca em detrimento do conhecimento popular. No entanto, foi a partir da magia e das superstições do povo que se originou a medicina. Os índios de modo geral, como aqueles que habitam Japarutuba, possuem grande domínio quanto às propriedades medicinais de plantas que, podem ser obtidas na natureza sem qualquer custo financeiro. Mas estas propriedades só são comprovadas depois de testadas em laboratórios, transformadas em remédios e comercializadas.

Ocorre que a sabedoria popular é simples, espontânea, sem malícia e, portanto, sofre preconceito daqueles que se julgam espertos. Existe, contudo, a errônea idéia de que a criação é uma realidade somente dos intelectuais. Vistos como inferiores e “bobos”, por uma parte da humanidade, não é raro que os índios ainda sejam assassinados ou dominados por jovens “civilizados”, mesmo nos dias atuais.

Em Japarutuba, os primeiros habitantes eram indígenas. Entretanto, a aldeia foi vítima de perseguições por parte dos primeiros brancos que se instalaram na região. Desta forma, em 1695, os descendentes do cacique Japarutuba (chefe indígena que habitava a área na época de sua descoberta, no século XVI) foram expulsos do território.

Desde o início da formação do município, conforme documento da Prefeitura, Japarutuba recebeu grande fluxo de escravos, chegando a ter mais escravos que pessoas livres. A maior parte da população era de milhares de negros escravizados, trazidos da região da África para

serem explorados nos engenhos de cana-de-açúcar, como também nas plantações de mandioca e algodão. Portanto, a história da formação de Japaratuba justifica a riqueza de seu folclore. As manifestações culturais do município são herança de índios e negros.

Esta terra brasileira, sempre submetida a formas perversas de colonização, dizimando nativos e sua cultura, tem gerado também homens fortes e capazes de liderar, pautados, apesar de tudo, em princípios pacifistas, movimentos de resistência, defesa dos valores populares, respeito às raízes e integração dos povos desta grandiosa nação. Dentre esses homens, pode-se apontar o Marechal Rondon como exemplo e inspiração para todas as gerações que se seguiram. Todos os conceitos até então enunciados neste estudo, impõem aprofundar a compreensão da trajetória, contribuição histórica, apontada por muitos como a saga de um herói, que inspirou a criação do Projeto Rondon, deixando também grande legado para todos os movimentos sociais que se contrapõem às estratégias de dominação dos países periféricos pelas culturas hegemônicas.

2 O Marechal Rondon: “morrer se preciso for; matar nunca!”

Em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, considerado Patrono das Comunicações, em cinco de maio é comemorado o Dia Nacional da Comunicação. Por decisão do Exército e do Ministério das Comunicações, Rondon recebeu o título de patrono devido ao seu importante trabalho de criação de linhas telegráficas nas localidades do Brasil mais afastadas. O Marechal foi responsável por interligar regiões brasileiras ao seu centro político-administrativo.

De acordo com Mário Garcia de Paiva¹³, em publicação no jornal “Diário de Minas”, Cândido Rondon nasceu no ano de 1865 em Mimoso, no Mato Grosso, descendente de índios, terena e bororó pelo lado materno e guaná pelo paterno. Seu pai, Cândido Mariano da Silva, faleceu antes de seu nascimento, enquanto que sua mãe, Claudina Lucas Evangelista, morreu quando Rondon tinha apenas dois anos de idade. O

¹³ PAIVA, M (1971), p. 12.

menino foi criado pelo avô materno até os sete anos, quando passou a morar com o tio paterno, Manoel Rodrigues da Silva Rondon.

No ano em que o sertanista nasceu, o Paraguai invadia o Mato Grosso e o norte da Argentina. Os governos do Brasil, Argentina e Uruguai, criavam a Tríplice Aliança para lutar contra o então governante paraguaio, Solano López. A guerra, que durou cerca de cinco anos, contou com o apoio inglês, ao receber empréstimos para equipar e manter exércitos poderosos. O exército brasileiro comandou as operações militares. Forneceu o maior contingente das tropas da Aliança e saiu-se vitorioso.

Com o fortalecimento político e militar após a Guerra do Paraguai, as Forças Armadas começaram a atrair cada vez mais jovens de classes menos abastadas. Deste modo, aos 16 anos, o jovem Cândido Mariano optou por matricular-se na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Para homenagear o tio que o criou, após concluir o curso, acrescentou Rondon ao seu nome.

Na época, os políticos civis tinham um controle extremamente rígido sobre o militar e, portanto, pouco investiam nos mesmos. Tal situação explica as posições radicalmente contrárias que os oficiais do exército tinham em relação aos ideais da monarquia. Desta forma, o ensino ministrado nas escolas militares levava ao predomínio do pensamento positivista.

Cândido Mariano foi grande admirador de seu professor da Escola Militar, ideólogo do positivismo e propagandista da república, Benjamin Constant Botelho Magalhães. Rondon acreditava que as idéias do mestre ajudariam a mudar o país. Assim como os demais alunos de Benjamin Constant, prometendo acompanhar o mestre até no terreno da resistência armada, ele assinou o registro firmando compromissos com o mestre. Tal livro, denominado “pactos de sangue”, possuía os seguintes dizeres:

Mestre, não são arroubos da mocidade nem simples explosões de entusiasmo os motivos que nos guiam no passo que hoje damos, não são flores que trazemos nem apenas nosso aplauso pelo que ainda ontem praticastes, quando no meio do júbilo que nos invadia, ao recebermos a visita dos bravos filhos da grandiosa República do Chile, com vossa

palavra clara, que esmaga gigantes, mostráveis a um ministro da Coroa que ainda há muita dignidade no Exército.

Não vimos também vos trazer alento, porque os titãs não se cansam.

Vimos apenas dizer-vos, Mestre e grande Amigo, que nos dias desgraçados que atravessa nossa Pátria, ai deles, os que já estão procedendo à partilha do segundo reinado, se ousarem tocar naquele onde se guardam puras todas as nossas esperanças, urna preciosa que encerra o que pode haver de mais caro e de mais grandioso.¹⁴

Benjamin Constant ensinava que a sociedade e o homem obedecem a leis naturais e, portanto, a reforma das instituições só acontece pela regeneração da opinião e costumes. Ele pregava que a única forma de evitar a revolução armada no Brasil era transformando a monarquia em governo republicano.

Para o positivismo, baseado nas idéias do filósofo Auguste Comte¹⁵, o progresso deveria ser alcançado a qualquer custo, porém sempre dentro da ordem. As escolas militares eram centros de divulgação e debates de idéias filosóficas e formavam indivíduos para levar o país ao progresso, assumindo a frente de uma república positivista. Os direitos civis e sociais dos cidadãos, embora não devessem surgir a partir da livre manifestação dos indivíduos, eram reconhecidos. Através da administração “científica” de seus líderes, o Estado deveria proteger os cidadãos, garantir seus direitos, zelar pela ordem e promover o progresso.

Segundo Edilberto Coutinho¹⁶, foi como soldado do 3º Regimento de Artilharia a Cavalos que ingressou na carreira militar. Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais da Escola Superior de Guerra do Brasil, Rondon foi professor de Astronomia e Mecânica da Escola Militar até 1982. Entre 1890 e 1916, durante suas missões pelo Brasil, participou da criação de diversas outras linhas telegráficas. Em 1907, no posto de major do Corpo de Engenheiros Militares, foi nomeado chefe da Comissão Construtora de Linhas telegráficas e Estratégicas de Mato

¹⁴ COUTINHO, E. (1938), p. 76.

¹⁵ DORIGO, G; VICENTINO, C. (1997), p. 267.

¹⁶ COUTINHO, E. (1938), p. 43.

Grosso ao Amazonas, que ligaria Cuiabá a Santo Antônio da Madeira, no Amazonas, logo após, em direção ao Acre. O grupo comandado pelo Marechal ganhou o nome de “Comissão Rondon”.

Marechal Rondon é conhecido por seu longo trabalho de proteção aos índios e sua contribuição ao conhecimento científico; fez levantamentos cartográficos, topográficos, zoológicos, botânicos, etnográficos e lingüísticos na Amazônia. Foi o primeiro diretor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI), e nos anos 40 foi presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

Sua formação positivista o levava a acreditar que os índios deveriam ser respeitados e, como donos da terra, ter seus territórios demarcados. Para ele, os índios são a própria essência do Brasil, desta forma deveriam ser tutelados pelo Estado brasileiro. Era, nessa perspectiva, o grande defensor dos indígenas brasileiros de sua época. Seu lema “Morrer se preciso for. Matar nunca!”, mostra a preocupação que ele despertou na comissão em não gerar choque entre as culturas distintas. Evidencia também, o quanto a exploração dos sertões era pacífica e humanitária:

A nossa principal preocupação deve ser, sistematicamente, o estabelecimento das melhores relações com os habitantes do território que invadimos. Em uma palavra: só pela paz e jamais pela guerra, devemos penetrar pelos sertões.¹⁷

Assim, de acordo com a literatura pesquisada, o trabalho da Comissão tinha o cuidado de não afastar o índio do seu habitat, nem forçá-lo a trabalhar. Rondon e seus companheiros respeitavam a orientação tribal das aldeias onde atuavam além de criarem, pelo exemplo e pelo fornecimento de utilidades, novas necessidades. Induziam os índios aos trabalhos que fossem do agrado destes e que fornecessem recursos para a compra dos artigos correspondentes às suas necessidades. O objetivo era revelar, pelo ensino livre e adequado, novos horizontes de vida para eles. Para isto, a Comissão Rondon, enfrentou diversos obstáculos, como conflitos com os índios diante da tentativa de aproximação com os mesmos:

¹⁷ RONDON, C. (1946), p.11.

Tive muita dificuldade em fazer sentir quanto a nossa missão devia ser fraternal e pacífica, nunca de guerra! – disse Rondon. – Fi-los compreender que estávamos penetrando em terra de índios, sem seu consentimento, e que estes, além de tudo, nos confundiam com os que vinham, havia tantos anos, correspondendo com a morte e extermínio à generosidade com que os recebeu o aborígine.¹⁸

Não apenas as desconfianças que os indígenas tinham quanto aos “homens brancos”, estas oriundas de experiências amargas durante séculos, eram obstáculos. Também, as dificuldades de acesso às regiões habitadas pelos índios, devido a variedade de línguas, tradições culturais, e a diversidade de ambiente e condições de vida.

Através de suas realizações e propostas, Rondon teve uma significativa contribuição política e cultural para o Brasil. Seu esforço na tentativa de buscar a relação fraterna entre as raças, demonstra seu desejo em reafirmar a identidade mestiça do povo brasileiro. Para isso, o marechal desenvolveu métodos de ações, para aproximação e interação com os índios, que aboliam a violência física. O trabalho de exploração e mapeamento dos espaços desconhecidos da Amazônia era uma forma de garantir maior proteção aos habitantes das tribos. A Comissão Rondon tinha como objetivo evitar o extermínio e promover o aumento demográfico da população indígena.

A atuação de Rondon para preservar os índios Umutinas, em 1907, é o exemplo de sua preocupação com a possível extinção de tribos. Tais índios, apelidados pela Comissão, de Barbados, encontravam-se enfraquecidos e em número reduzidos. Sua população havia sido dizimada por conflitos no século XVIII e por uma epidemia, de sarampo, tuberculose e pneumonia. Diante deste quadro, a SPI decidiu colonizá-los com outras tribos para assegurar a área da reserva demarcada.

Rondon é internacionalmente reconhecido, respeitado e admirado. Em 1913 recebeu do ministro das Relações Exteriores, Lauro Muller, a designação para acompanhar e garantir a segurança do ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, em uma expedição em que pretendia obter informações de espécies de animais e plantas para o “Museu Nacional de História Natural de Nova Iorque”. Preocupado

¹⁸ PAIVA. M. (1971), p.11.

com os motivos que traziam Roosevelt ao Brasil, o Marechal só aceitou participar da expedição se a mesma tivesse caráter científico, e não fosse para aumentar a coleção de troféus de caça do ex-presidente americano:

Só poderei aceitar a missão em pauta, envolvendo o insigne visitante estrangeiro, se não for uma simples excursão venatória. Deverá ficar bem claro que não aceito a incumbência de acompanhar quem quer que seja, por mais ilustre, em mera aventura de episódios cinegéticos. Aceitarei, muito honrado, se o projeto tiver o caráter de Comissão com fundamento científico, se for dada à travessia dos sertões bravios, agora pretendida pela personalidade que está para visitar-nos, determinando objetivo científico – conforme vem ocorrendo com o trabalho das Linhas Telegráficas – e, principalmente geográfico.¹⁹

Roosevelt considerava o Marechal um homem extraordinário que lutou por um ideal, e suportou, sem desistência, 40 graus de febre enquanto atravessou três mil quilômetros para chegar a um rio. O ex-presidente dos EUA admirava a iniciativa de colaborar para a reabilitação do homem brasileiro, do índio e do mestiço. Theodore Roosevelt escreveu sobre suas aventuras para o *New York Times*. Com entusiasmo, dizia que Rondon era um gênio, um sábio, detentor de enorme conhecimento.

O Congresso das Raças²⁰, que aconteceu em 1913, em Londres, aclamou a obra de Rondon. Segundo Coutinho (1957), o congresso ressaltou-o como “exemplo a seguir pelos países que possuam territórios habitados por silvícolas, para honra da civilização²¹”. A Sociedade de Geografia de Nova Iorque, nos Estados Unidos, concedeu a Rondon, no ano seguinte, o Prêmio *Livingstone*, por ser considerado o explorador que mais se adentrou em terras tropicais. Representando o marechal, Theodore Rosevelt *apud* Coutinho (1993) recebe o prêmio

¹⁹ COUTINHO, E. (1993), p.195.

²⁰ “Universal Races Congress” era um evento anual sobre as etnicidades como expressões múltiplas da humanidade universal. O objetivo era promover a paz mundial, combatendo o preconceito racial.

²¹ *Ibid.*, p.224.

com o discurso: “A América pode apresentar ao mundo suas realizações ciclópicas: Ao norte, a abertura do Canal do Panamá; ao Sul, a obra de Rondon, científica, prática e humanitária”²².

Em 1955, o sertanista é promovido a marechal pelo Congresso Nacional. Em sua homenagem, o então território do Guaporé recebe o nome de Rondônia. A ação humanística e apaziguadora que tinha em relação aos indígenas fez com que, mais tarde, em 1957, seu nome fosse indicado para receber o “Prêmio Nobel da Paz” pelo *Explorer’s Club* de Nova Iorque. A indicação foi feita pelo físico alemão Einstein. Impressionado com suas atividades na integração das tribos indígenas ao homem civilizado, sem o uso de armas ou coerção, Einstein enviou um telegrama ao Comitê Nobel, sugerindo o nome de Rondon para o prêmio.

Edgar Roquette Pinto, autor do livro intitulado *Rondônia*, sua obra mais celebre, ao receber uma medalha de ouro em 1916, em seu discurso enaltece o Marechal Rondon, argumentando que nenhuma produção científica pode ser comparada à grandeza da “obra fecunda dos sertanistas brasileiros, dirigidos por Mariano Rondo, ideal feito homem”.²³ Em 1956 o antropólogo Roquette Pinto volta a reverenciar o indigenista, sugerindo que o território federal de Guaporé passasse a se chamar Rondônia, através da lei 2731 de 17 de fevereiro do mesmo ano.

A jornalista e vizinha do Marechal, Esther Viveiros, escreveu a biografia ditada pelo amigo, que resultou no livro *Rondon conta sua vida*. O mesmo foi publicado após o falecimento de Rondon. Em mais de seiscentas páginas, Esther expõe o pensamento e a obra daquele que considerava um homem digno e respeitável. Referindo-se ao trabalho de Esther Viveiros sobre Rondon, Mário Garcia de Paiva, ao condensá-lo em seu livro *A grande aventura de Rondon*, afirma que:

A posteridade não compreenderia Rondon, sem o livro de Éster Viveiros, clara visão do pensamento e da obra daquele que, por mais de meio século de ação abnegada e ininterrupta, trabalhou o próprio corpo da pátria, da qual é por tantos aspectos, alta e encorajadora expressão humana.²⁴

²² *ibid.*, p.11.

²³ COUTINHO, E. (1993) p 136.

²⁴ PAIVA, M. (1971), p. 112.

Rondon, pelo seu exemplo, inspira também o poeta Carlos Drumond de Andrade, que em versos procura honrá-lo no poema *Pranto Geral dos Índios*

Ó **Rondon**, trazias contigo o sentimento da terra
Uma terra sempre furtada
pelos que vêm de longe e não sabem
possuí-la terra cada vez menor
onde o céu se esvazia da caça e o rio é memória
de peixes espavoridos pela dinamite
terra molhada de sangue
e de cinza esterçada de lágrimas
(...)Agora dormes / um dormir tão sereno que dormimos
nas pregas de teu sono / Os que restam da glória velha feiti-
ceiros
oleiros cantores bailarinos
estáticos debruçam-se em teu ombro
ron don ron don / repouso de felinos toque lento
de sinos na cidade murmurando
Rondon / Amigo e pai sorrindo na amplidão²⁵

Orlando Vilas Boas, um dos indigenistas de grande projeção tanto no cenário nacional quanto internacional, teve sua primeira experiência neste campo, liderado por Rondon. Entrevistado pela revista *Com Ciência* declara de forma contundente:

Não canso de dizer que vivemos num país sem memória. Não fosse isso, o velho Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon seria considerado como o maior homem do século XX. (...) Rondon era um humanista. (...) Rondon influenciou toda uma geração de indigenistas e antropólogos

²⁵ Extraído do poema de Carlos Drumond de Andrade *Pranto Geral dos Índios*.

brasileiros, dentre os primeiros incluo a mim, e a meus irmãos Cláudio, Leonardo e Álvaro. Dentre os segundos, destaque, sobretudo, Darcy Ribeiro. Hoje Rondon está esquecido e, com ele, toda uma política de trato com os índios que foi estiolando até descambar no que temos hoje.²⁶

O antropólogo Darcy Ribeiro também escreveu sobre a vida do Marechal no livro intitulado “O indigenista Rondon”. Reconhecido pelo Senado Nacional como desbravador e herói da pátria, o sertanista foi homenageado neste ano de 2007, quando se comemorou o centenário da instituição da comissão Rondon. Na solenidade o deputado Mão Santa lembrou a frase de Darcy Ribeiro sobre Rondon: "Feliz do povo que não precisa buscar o exemplo em outras histórias, em outros países. Nossos exemplos estão aqui".²⁷

A consagração universitária de Rondon aconteceu após uma expedição de acadêmicos à Amazônia, em 1967. Inspirados na obra do Marechal, os estudantes trabalharam em benefício das comunidades carentes da região visitada. No ano seguinte, por Decreto Presidencial, foi criado o Projeto Rondon.

3 Projeto Rondon: extensionismo e inclusão social

Nos anos 60, os estudantes tiveram um papel intenso na política brasileira. Após o golpe de 1964, a insatisfação dos jovens eclodiu em protesto, manifestações, conflitos e movimentos de massa. Desde o governo Goulart, se organizavam, na oposição, em associações como a União Nacional dos Estudantes (UNE). Durante a presidência de Costa e Silva, foram vítimas de repressão e reagiram intensamente. Os jovens se preocupavam em construir uma sociedade mais justa, sobretudo se interessavam por problemas específicos da educação. Portanto, tinham grande predisposição em contribuir com o desenvolvimento brasileiro.

Estava em discussão, no começo daquela década, a necessidade de reformar o ensino superior, propondo a democratização como objeto

²⁶ REVISTA Com Ciência. (2001), disponível em: <http://www.comciencia.br/entrevistas/boas.htm>. acesso em: 13 out. 2007

²⁷ JORNAL do Senado. (2007), disponível em: <http://www.senado.gov.br/JORNAL/noticia.htm>. acesso em 7 out. 2007.

indispensável para a construção de uma universidade crítica, criadora e socialmente atuante. A UNE, promoveu o Primeiro Seminário da Reforma Universitária, que reivindicava a participação da instituição na construção de um modelo econômico definido por interesses nacionais.

A idéia de levar os universitários para terem contato direto com realidades distintas surgiu na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME). O professor Wilson Choeri, chefe do Departamento Cultural da Universidade do Estado da Guanabara/UEG, acreditava que não era oferecida à Universidade Brasileira, a oportunidade de conhecer os aspectos multiculturais e multisociais do país. Para o professor, a Revolução de 1964 persistiu nos mesmos erros dos governos anteriores, quando não possibilitava a integração do estudante à realidade do Brasil, conseqüentemente, impedia qualquer processo revolucionário. No entanto, segundo o Comandante da Escola de Estado Maior, General Bina Machado, tal iniciativa poderia partir das próprias instituições de ensino superior, sem precisar esperar do governo.

Em seminário promovido pela ECEME, e universidades do Estado da Guanabara, no ano de 1966, participaram estudiosos do problema educacional brasileiro. Era um assunto de segurança nacional, principalmente em relação ao ensino superior. Os debates aconteceram em torno da necessidade de levar os estudantes à participação realista no esforço do progresso do país. A idéia era aproximá-los das comunidades menos desenvolvidas que habitam o interior do Brasil. Foi realizada uma visita ao professor Choeri, no 5º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), em Rondônia, o que resultou na organização de um grupo de estudantes para conhecer a região. Inicialmente, o nome dado à iniciativa foi “Universidade Integrada”. Era interessante para o governo manter os estudantes universitários sob proteção, imprimindo-lhes a ideologia da segurança nacional. Desta forma, era necessário o abrigo das Forças Armadas para que o projeto alcançasse a dimensão desejável.

O Primeiro Coordenador Nacional do Projeto Rondon no Brasil foi Mauro Costa Rodrigues. Três universidades foram convidadas a participar da viagem: Universidade do Estado da Guanabara (UEG), Pontifícia Universidade Católica (PUC) e Universidade Federal Fluminense (UFF), levando 31 alunos de Medicina, Engenharia, Geociências Documentação e Comunicação. Os participantes chegaram na capital da

Rondônia, Porto Velho, no dia 11 de junho de 1967, carregando o lema “A selva não é nossa inimiga”.

No entanto, o projeto teve forte resistência do Governo, uma vez que os estudantes viam de perto os problemas sociais em regiões onde a ação governamental não existia. Teve, porém o apoio do Ministro do Interior, General Affonso de Albuquerque Lima, e do comandante do 5º BEC, Coronel Aluízio Weber.

Os estudantes se dividiram entre a capital e outros municípios do estado. De acordo com livro elaborado pela equipe participante²⁸, era indispensável a presença de médicos, assistentes sociais, engenheiros, geólogos, enfermeiros e técnicos em administração nas comunidades, devido ao abandono e descaso que elas viviam.

A equipe que participou da “operação zero”, como ficou conhecida, permaneceu na região por 28 dias. Realizou trabalhos de levantamento, pesquisa e assistência médica, e criou o slogan “Integrar para não entregar”. De acordo com publicação da equipe, o projeto piloto foi um sucesso pelo entusiasmo dos participantes e pela difusão na imprensa do país:

A repercussão junto à opinião foi extraordinária. Entrevistas, artigos em jornais e revistas, comentários no rádio e televisão, visitas dos pioneiros a escolas e clubes comunitários para contar suas experiências. Neutralizava-se assim a ação negativista que ainda persistia em determinados setores. Estava implantado o movimento.²⁹

Da expedição ao estado de Rondônia, surgiu o Projeto Rondon, que teve apoio dos ministérios das instalações e transportes do exército, Marinha e Aeronáutica, e passou a ser coordenada pelo Ministério do Interior. Criou-se então um grupo de coordenação para organizar o projeto. A partir de então, o movimento acontecia durante as férias dos universitários e contava com participantes voluntários. Foi estabelecido um código de ética com termo de responsabilidade para os participantes.

Roque de Barros Laraia acredita que embora tenha sido criado no regime militar, o Projeto Rondon nunca teve caráter assistencialista e

²⁸ MEC, Instituto nacional do Livro (1972), p.13.

²⁹ Ibid., p. 15.

ideológico. O objetivo, segundo ele, sempre foi promover o conhecimento da realidade do interior e a busca de desenvolvimento das populações das áreas mais afastadas dos grandes centros.

No entanto, a antropóloga Ruth Cardoso³⁰, em artigo escrito para a Folha de São Paulo, em janeiro de 2005, afirma que o Rondon foi criado como estratégia para afastar os estudantes das manifestações de oposição. O que para ela, justifica a não valorização da participação das suas instituições, uma vez que os candidatos eram selecionados individualmente. O projeto, conforme afirma a antropóloga, também excluía as organizações estudantis, ou seja, recusava os manifestantes que eram contra a ditadura militar, que reinava na época.

Devido às constantes operações do Projeto Rondon nos períodos de férias escolares, os estudantes perceberam a necessidade de se estabelecerem atuações permanentes nas áreas assistidas. De acordo com Mauro Costa Rodrigues, em histórico do Projeto Rondon desenvolvido na página eletrônica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul³¹, o objetivo era que não houvesse a descontinuidade das operações. Desta forma, como extensão das universidades criou-se os "Campi Avançados", em locais estrategicamente selecionados, nas regiões menos desenvolvidas do Brasil. Tal iniciativa ampliou a participação das universidades na formação profissional dos participantes e, também, como agentes do progresso e do desenvolvimento sócio-cultural.

Até o ano de 1972, cerca de 2.500 municípios receberam, juntos, um total de 24 mil estudantes. Foram prestados serviços na área da saúde, agropecuária, educação técnica e sócio econômica, com atividades como vacinação, combate a epidemias, educação sanitária, cursos de administração, serviço social e direito, além de outros trabalhos de assistência.

Ainda segundo a literatura desenvolvida pela equipe do Projeto Rondon, os "campi" visavam proporcionar às regiões nas quais se instalava, melhores condições de se transformarem em pólo de desenvolvimento, além de dar condições aos universitários de obterem ensinamen-

³⁰ CARDOSO, R. (2005), disponível em: <http://www.fab.mil.br/imprensa/enotimp/2005/01-JAN/enotimp030.htm>. acesso em 10 out. 2007.

³¹ RODRIGUES, M. disponível em: http://www.ufrgs.br/projetorondon/framepage_historico.htm. acesso em 5 out. 2007.

tos através da prática e das relações com realidades diversas. Também criavam meios para a adequação do exercício profissional às peculiaridades da região e política de fixação de técnicos.

A universidade era a responsável pela instalação, organização, administração e planejamento do “campus”. Treinava as equipes, fazia a adaptação e integração à comunidade, providenciava o material necessário para os alunos desenvolverem suas atividades e para trabalhar a experiência dos participantes na incorporação de programas de ensino e pesquisa. Juntamente com o Projeto Rondon, a instituição fazia o estudo para a elaboração de um plano de implantação. Utilizando a estrutura acadêmica, a universidade elaborava e executava pesquisas e projetos nos “campi”. Os estagiários treinavam e qualificavam os professores locais, mobilizavam a comunidade, implantavam redes de abastecimento de água, hortas escolares e comunitárias, orientavam quanto a construção e localização de moradias, cuidados com a alimentação e saúde, entre outras contribuições à comunidade. Por outro lado, adquiriam conscientização política e faziam reflexões críticas, em relação as diferenças culturais, durante as atividades desenvolvidas.

De 1966 a 1989, o projeto funcionava como ação do governo. Durante os quatro primeiros anos foram executados convênios também com organizações paraestatais e privadas. O Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES) foi a primeira fundação não governamental a apoiar o Projeto Rondon. Sob o argumento de corte de gastos, em 1989, a iniciativa foi extinta. No entanto, em 1993 foram criadas a Associação Nacional dos Rondonistas, com sede em Brasília, e Associações Estaduais, todas unidas pelos mesmos ideais, princípios e objetivos estratégicos. Juntas, com o apoio das Instituições de Ensino Superior (IES), deram continuidade à missão do Projeto de mobilizar os universitários e despertar neles uma consciência crítica sobre as diversas realidades nacionais.

De acordo com Mauro Costa Rodrigues, a extinção do Projeto aconteceu devido aos desvirtuamentos de suas finalidades, como utilização imprópria da estrutura e manuseio indevido dos recursos financeiros. Haveria, também o esforço por parte de dirigentes em desacreditar o movimento junto à opinião pública. Nesse sentido, segundo Mauro, “cresceram os apetites políticos e o Rondon era um prato cheio, inclu-

sive pelos dividendos políticos que o próprio cargo de Presidente da Fundação oferecia”³².

Em 2003 a UNE encaminhou uma proposta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedindo a volta do programa. Para tornar possível o retorno do Projeto Rondon, e estabelecer as diretrizes, sistemática de trabalho e objetivos do mesmo, foi criado em março de 2004 um Grupo de Trabalho Interministerial. Ficou estabelecido pelo grupo que o projeto deveria contribuir para a formação do universitário como cidadão, integrá-lo ao processo de desenvolvimento nacional, por meio de ações participativas sobre a realidade do Brasil, além de estabilizar o sentido de responsabilidade. Deveria, também, estimular, nos estudantes, a produção de projetos coletivos locais, em parceria com as comunidades assistidas. Em janeiro de 2005, o programa foi retomado pelo governo federal em Tabatinga, AM, através da Operação Amazonas 2005.

Como responsabilidade do Ministério da Defesa, a nova etapa conta com a colaboração dos ministérios da Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Meio Ambiente, Integração Nacional, Desenvolvimento Agrário, Esporte, Secretaria-Geral da Presidência da República, além do apoio das Forças Armadas, responsáveis pelo suporte logístico e a segurança das operações. Também contribuem para a viabilidade do programa, os Governos Estaduais, das Prefeituras Municipais, da Associação Nacional dos Rondonistas, da União Nacional dos Estudantes, de Organizações Não-Governamentais, de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e de Organizações da Sociedade Civil.

Funciona como extensão curricular, inserindo o estudante em ações de cunho social. Todas as atividades são supervisionadas nas áreas de desenvolvimento sustentável, saúde, educação, bem-estar, cidadania e gestão pública. As Instituições de Ensino Superior encaminham propostas de ações ao Comitê de Orientação do qual a UNE faz parte. As sugestões são analisadas pelo Coordenador Geral da Comissão de Avaliação de Propostas do Projeto Rondon CAPPR. Desta forma, são aceitas ou recusadas, de acordo com a excelência, a qualidade acadêmica da IES, o mérito, a relação e a possibilidade de realização do trabalho proposto. Após a seleção, as IES são informadas quanto ao município

³² RODRIGUES, M. disponível em: <http://www.ufrgs.br/projetorondon>. acesso em 5 out. 2007.

de atuação. Podem então, após visita à localidade, fazer as adaptações necessárias ao trabalho, selecionar e preparar a equipe de rondonistas.

A CAPPR prioriza ações que tenham continuidade nos municípios, sejam democráticas, emancipadoras, possibilite atividades participativas, tenham exequibilidade e, alcancem as lideranças comunitárias locais, servidores públicos, agentes de saúde e comunidade. A equipe participante deve ter uma composição multidisciplinar, para possibilitar ações diversas. São estabelecidas as áreas que necessitam das atividades, seja devido aos índices de pobreza e exclusão social, bem como áreas isoladas do território nacional que necessitem de maior contribuição de bens e serviços. Para o meio acadêmico, o programa oferece a oportunidade do trabalho conjunto de estudantes de cursos distintos, o que enriquece a comunicação e a troca de experiências não somente com a comunidade, mas também entre profissões diferentes.

O projeto contribui para a formação acadêmica do estudante através da extensão curricular. O contato com a realidade brasileira e a participação em ações sociais proporcionam ao universitário uma visão mais crítica do mundo e desperta nele o interesse pelo desenvolvimento sustentável do país e a construção da cidadania. Além de colocar em prática os conhecimentos acadêmicos, aprende com a sabedoria popular. O acadêmico tem a possibilidade de dialogar, conhecer, trocar experiências e construir algo que seja proveitoso para a comunidade visitada. Desta forma, o que foi semeado em conjunto deve ter prosseguimento. No entanto, orientado pelo princípio da democracia, da responsabilidade social e da defesa dos interesses nacionais, o objetivo do Projeto Rondon não é o assistencialismo, mas sim a convivência entre pessoas de conhecimentos e realidades diferentes entre elas e o fortalecimento da cidadania.

Os participantes são orientados a respeitar os costumes, hábitos e crenças da comunidade onde estiver, assim como se interessar pelos problemas, características, ambiente e moradores da localidade. Os rondonistas não devem se envolver em questões políticas ou religiosas, também não devem fazer promessas à comunidade. Não obstante, o Projeto permite o encontro dos participantes com um Brasil rico em diversidade cultural. Contribui para formação de profissionais que valorizam a reflexão crítica e a sabedoria e cultura dos povos. Estudantes

e professores ajudam a renovar a instituição universitária, que ensina e aprende.

4 Extensão Universitária como Pilar das Universidades Brasileiras (Ensino, Pesquisa, Extensão)

Toda universidade oferece a educação profissional como serviço à coletividade. Ao mesmo tempo, sofre influências da sociedade em que está inserida. Transmite idéias e valores acadêmicos, mas necessita da absorção de valores e idéias da sociedade para não excluir o estudante da apropriação da herança cultural. De acordo com Maria Lúcia Arruda Aranha, a instituição de ensino deve contribuir para a discussão crítica sobre a realidade da sociedade:

Ou seja, para manter a função com dignidade, a escola precisa manter a dialética herança-ruptura: ao transmitir o saber acumulado, deve ser capaz de romper com as formas alienantes, que não estão a favor do homem, mas contra ele.

Para tanto, cabe ao profissional de ensino denunciar a alienação e a ideologia, a invasão dos parâmetros do trabalho no mundo afetivo, identificar o que está a serviço da democracia ou em oposição a ela. Em suma, é importante a ação do educador na recuperação do universo de valores em um mundo marcado pela 'racionalidade técnica', pelo mito do progresso e pelo superdimensionamento do especialista³³.

A extensão universitária permite a interação entre o estudante e a comunidade na qual está inserido. É através da extensão que a Universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade, e dela recebe informações sobre os valores e a cultura da mesma. O processo científico, cultural e educativo articula o ensino e a pesquisa, e viabiliza a relação entre a universidade e a sociedade. A comunidade acadêmica encontra na sociedade a oportunidade de intervir profissionalmente à luz do referencial teórico que irá orientar os procedimentos metodológicos e os recursos técnicos que melhor irão se adequar a cada realidade.

³³ ARANHA, M. (2002), p.26.

De acordo com Milton Santos, é preciso compreender que os espaços das cidades possibilitam o encontro de “uma cultura de massas e uma cultura popular, que se atritam, interferem e se excluem, somam-se e se subtraem, num jogo dialético sem fim”.³⁴

A partir dessa concepção, a interação da universidade com a sociedade torna possível a troca de saberes científico e empírico, o confronto entre a realidade nacional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Tal parceria contribui para a prática acadêmica que articula a extensão ao ensino e à pesquisa. Juntos, buscam realizar-se nas questões sócio-culturais e econômicas, tendo como fio condutor o projeto ético-político de emancipação humana.

A prática acadêmica amplia-se para além das salas de aula. Passa a ser projeto-político acadêmico, prestando serviços e desenvolvendo as atividades de ensino e pesquisa. A universidade atinge, então, um público vasto, e proporciona a ele o acesso facilitado ao conhecimento e às técnicas necessárias para melhoria da qualidade de vida. A extensão integra e consolida a atividade de ensino e pesquisa com as demandas da população. Possibilita a formação do profissional cidadão e a qualificação junto à sociedade. Através do espaço privilegiado de produção do conhecimento, busca permanentemente a superação das desigualdades sociais existentes.

Segundo Maria Lúcia Arruda Aranha, a escola é dualista. Privilegia a elite oferecendo um ensino de boa qualidade intelectual, enquanto que a maioria da população, quando tem acesso à escola, a educação é elementar e de má qualidade. Para a autora, cabe à escola ensinar para o trabalho e sobre o trabalho, ou seja, discutir seus fundamentos, as formas como o homem se insere no mundo e o transforma e os tipos de relação humanas existentes. Acredita que a sociedade está dividida entre aqueles que mandam e aqueles que obedecem, o que impede a democratização do ensino de qualidade:

Acrescente-se a esse quadro sombrio a ausência de uma política efetiva uma vez que a legislação sempre espelhou os interesses das classes representadas no poder. Isso perpetuou a escola dualista e a eterna luta entre a escola públi-

³⁴ SANTOS, M. (1993), p. 66.

ca e a particular, o que tem frustrado os anseios da democratização da educação.³⁵

Milton Santos observa que, apesar de se viver numa sociedade informacional, cabe ao aparelho do Estado e aos grupos hegemônicos, selecionar, organizar e redistribuir as informações de acordo com os interesses dominantes.

Maria Lúcia Arruda Aranha sustenta, ainda, que o caráter elitista do ensino superior barra o acesso de jovens das classes pobres, e acaba por selecionar para a universidade aqueles que, não necessariamente, estão preocupados com o trabalho intelectual. Muitas vezes é a exigência social de ter um diploma de nível superior que os leva a ingressar na faculdade. A conseqüência é o desinteresse em relacionar o estudo acadêmico com a realidade social, privilegiando aquilo que o sociólogo Pedro Demo denomina de aula copiada:

É equívoco fantástico imaginar que o ‘contato pedagógico’ se estabeleça em ambiente de repasse e cópia, ou na relação aviltada de um sujeito copiado (professor, no fundo também objeto, se apenas ensina a copiar) diante de um objeto apenas receptivo (aluno), condenado a escutar aulas, tomar notas, decorar, fazer prova. A aula copiada não constrói nada de distintivo, e por isso não educa mais do que a foca, a conversa fiada dos vizinhos, o bate-papo numa festa animada.³⁶

De acordo com este sociólogo, o diploma universitário não garante competência profissional. Para tanto, é necessário um longo período de reaprendizagem, praticar e atualizar-se sempre, uma vez que os cursos se resumem a aulas teóricas e provas. Nesse sentido, Demo (1996), afirma que “Ensinar a copiar é precisamente destruir qualquer competência, pois assassina-se o sujeito, restando somente a manipulação de objetos”³⁷.

³⁵ ARANHA, M. (2002), p.225.

³⁶ DEMO, P. (1996), p.7.

³⁷ *ibid.*, p.76.

Roque de Barros Laraia afirma que nenhum indivíduo conhece totalmente o seu sistema cultural, porém, precisa ter o mínimo de informação para operar dentro do mesmo. Conhecimento que deve ser partilhado por toda a sociedade, a fim de permitir a convivência dos indivíduos que dela fazem parte. Ainda segundo Laraia, toda cultura tem lógica própria, e o indivíduo tende a considerar lógico somente o universo ao qual pertence. Esse comportamento induz o indivíduo a pré-julgar que os demais sistemas culturais tenham um alto grau de irracionalismo. Pode-se inferir, desta forma, que os indivíduos só percebem coerência em um hábito cultural, a partir do referencial de seu próprio sistema.

Para Laraia, a ciência depende da observação, análise e relação entre a natureza e a cultura, esta, definida pela história da civilização e os meios materiais de que dispõe. O antropólogo defende a necessidade de ter a participação do indivíduo na busca do conhecimento sobre a cultura, para que então, seja possível sua articulação com a sociedade, o que ajuda a entender como agir diante das situações e a prever o comportamento do outro. Porém, deve-se levar em consideração que existem situações imprevisíveis que são dificilmente controladas. A cultura pode limitar ou estimular a ação criativa, permitindo ou não ao indivíduo resolver situações difíceis.

A atividade de extensão permite ao universitário, através do contato com a cultura, adquirir maior sensibilidade, além de estimular sua criatividade. Ele equilibra teoria e prática, ao mesmo tempo em que conhece o espaço profissional, com todas as suas características. Possibilita, então, uma formação para a decisão, além da responsabilidade social e política. É fundamental para sua intervenção numa dada realidade que o profissional tenha um mínimo de engajamento em sua cultura, o que permitirá sua articulação com o conjunto da população, tendo como pressuposto o compromisso ético. Isto implica, conforme o pensamento de Claude Lévi-Strauss apud Laraia, manter uma perspectiva crítica que o leve a refutar a idéia de que “as sociedades simples dispõem de um pensamento mágico que antecede o científico e que, portanto, lhe é inferior”³⁸.

Segundo Paulo Freire, o indivíduo passa a dinamizar seu mundo a partir do contato com a realidade. Domina, dinamiza e acrescenta a ele sua própria essência. Cria, recria, decide e faz cultura. A relação do

³⁸ LARAIA, R. (2002), p.87.

homem com o mundo e com o povo não permite a imobilidade nem da sociedade e nem da cultura. Para ele, o indivíduo não deve ser apenas espectador da realidade, mas exercer um protagonismo crítico imprescindível à construção democrática, ou seja, deve ter atitude para não ser passivo e alienado:

Uma das grandes, se não for a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas de seu tempo não captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma ‘elite’ que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se³⁹.

A educação democrática, conforme afirma Paulo Freire, deve ser capaz de colaborar com o povo na organização reflexiva de seu pensamento. Portanto, deve possibilitar a superação da ingenuidade, para uma captação crítica da realidade.

De acordo com Luís Milanesi, a formação social é essencial para delinear uma política de cultura. Os contatos entre indivíduos de comunidades distintas produzem formas específicas de expressar valores e sentimentos. Desta forma, Milanesi afirma que “As tradições locais moldam os centros de cultura e, quanto mais fortes forem, mais seus traços serão visíveis nas suas atividades”⁴⁰.

Aliar o conhecimento empírico ao científico é possibilitar uma formação mais crítica e humana aos universitários. Integrar o estudante à realidade do país, propondo a ele o reconhecimento cultural, e o desenvolvimento de ações políticas, econômicas, assistenciais e educativas para as comunidades carentes, contribui para sua formação humana. Essa comunicação entre indivíduos através da troca de informações é o

³⁹ FREIRE, P. (1978), p.43.

⁴⁰ MILANESI, L. (2003), p.28.

elemento desencadeador da interação social. A Universidade não deve se reduzir ao adestramento profissional. Portanto, a formação profissional precisa da interação com a sociedade, o que possibilita situar e identificar o universitário com a cultura. A superação do mero adestramento deve passar, indiscutivelmente, pela atividade de pesquisa, que irá imprimir à extensão a cientificidade da qual a prática profissional não pode prescindir, sob pena de seu empobrecimento e do risco de reduzir-se ao estreitamento do pragmatismo estéril e autoritário.

Conclusão

O objetivo, ao longo deste estudo, foi confrontar o saber formal, acumulado durante a formação acadêmica, com a realidade concreta que a experiência do Projeto Rondon nos permitiu conhecer. Ao adotar como desafio intelectual o aprofundamento teórico da concepção do projeto extensionista, busca-se decodificar o conjunto de valores com os quais a comunidade de Japarutuba tece sua cultura. Enquanto profissional de jornalismo, tem-se claro que ao assinar o contrato para participar de um projeto de extensão, firma-se ali o compromisso com o respeito à docência que conduz àquele estágio da vida profissional, com as comunidades atendidas e, conseqüentemente, o compromisso ético com o registro científico da riqueza que o olhar jornalístico não pode aprisionar só para si.

O Brasil ainda sofre as conseqüências de sua herança colonial e escravista. É, portanto, um país multicultural e multirracial, cuja riqueza de sua diversidade deixa de ser reconhecida, quando os povos mais afastados dos pólos políticos e econômicos do país não são devidamente valorizados. A realidade destes é desconhecida por grande parte do país, o que torna a todos um pouco mais pobres, na medida em que também os centros hegemônicos perdem com a falta da troca.

A cultura destas comunidades é herança de gerações passadas e, se não for estimulada, incentivada e apreciada, tenderá ao desaparecimento. A “indústria cultural” é um empecilho para imortalidade da essência das manifestações artísticas desses povos. Um sertanejo aprecia mais a arte do Rio de Janeiro e São Paulo que a sua própria. Sente-se mais próximo dos núcleos distantes do que do próprio cotidiano, de seus vizinhos, e de sua vida.

A arte do sertão é comparada, até mesmo pelo sertanejo, a dos centros irradiadores, no entanto carece de visibilidade. Não encontrando espaço na “vitrine” do mundo globalizado, esse sertanejo assume-se como ser inferior e vulnerável aos mecanismos de massificação e alienação. Aos seus olhos, seu sertão fica mais pobre, sem perspectiva de mudanças. A ficção lhe parece mais real que a realidade da vida cotidiana.

Democratizar a cultura não é vendê-la, mas garantir a todas as sociedades o direito de acesso à informação e formação, às obras de arte e às condições materiais necessárias à produção cultural. Utilizando os processos informais de comunicação, como o circo, a literatura de cordel, os camelôs, os propagandistas de rua, a escultura popular, dentre outros, a folkcomunicação mantém viva a cultura dos “marginalizados”. Trocar conhecimentos, partilhar crenças e participar das mais diversas formas de manifestação cultural, é a maneira mais saudável e menos prejudicial de perdurar a cultura e a identidade do país.

Toda essa análise conduz à percepção crítica de que, se falta ao sertanista a consciência de seu próprio valor, é possível inferir que essa carência afeta uma importante parcela do povo brasileiro, destituído de grandes exemplos de patriotismo. Nesse sentido, este trabalho possibilitou a redescoberta da emblemática figura do Marechal Rondon. Reverenciado por seus seguidores, indigenistas, antropólogos de diferentes correntes filosóficas e de diferentes países, esse brasileiro, de origem humilde, descendente de índios, premiado internacionalmente, patrono das comunicações tem seu reconhecimento, hoje, aquém de seu verdadeiro merecimento. Sua trajetória na defesa dos valores populares, respeito às raízes e integração dos povos, sustentando a bandeira da paz como principal arma de suas conquistas, transcendia sua formação positivista. Isto porque, apesar do seu discurso voltado para a garantia das condições mínimas de dignidade a todos os homens, sua saga reflete uma dimensão muito maior, em que sua vida torna-se sinônimo de luta pela igualdade dos povos e das classes sociais que o compõem. Sua pureza de ideais nada tem a ver com o puritanismo hipócrita dos homens de seu tempo. Sua preocupação científica não pode ser julgada à luz do cientificismo de nossa época.

Acredita-se que, embora não tenha sido possível esgotar toda a temática proposta, devido à própria densidade que o tema comporta, pô-

de-se, através das pesquisas literárias e documental realizadas, consubstanciar o saber teórico e o conhecimento empírico, de forma a validar a experiência extensionista do Projeto Rondon revitalizado pelo movimento estudantil.

Portador do compromisso ético com a revelação transformadora, orientada para a construção democrática, o desafio profissional do jornalista parece ser a sua consci-ência de que não basta perceber por aferência a processualidade das cenas, mas, fundamental e essencialmente, olhar e decodificar o seu sentido.

Referências Bibliográficas

- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. *Filosofia da educação*. 2 ed, São Paulo: Moderna, 1996.
- CARDOSO, Ruth. (2005), disponível em: <http://www.fab.mil.br/imprensa/enotimp/2005/01-JAN/enotimp030.htm>. Acesso em 10 out. 2007.
- CORALINA, Cora. *Poemas de Cora Coralina*. Disponível em: http://www.vilaboadegoias.com.br/cora_coralina/poemas/index.htm. Acesso em: 30 out 2007.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 13 ed, São Paulo: Ática, 2003.
- COUTINHO, Edilberto. *Piguara, Senhor o caminho – A saga do defensor do índio e pioneiro das comunicações*. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1993.
- DEMO, Pedro. *Educação pela pesquisa*. São Paulo: Autores Associados, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 8 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terá, 1978.
- JORNAL do Senado. (2007), disponível em: <http://www.senado.gov.br/JORNAL/noticia.htm>. Acesso em 7 out. 2007.
- LARAIA, Roberto de Barros. *Cultura – um conceito antropológico*, 15 ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

- MELO, José Marques de. *Luiz Beltrão: Pioneiro dos estudos de Folk-Comunicação No Brasil*. Disponível em: http://www.marquesdemelo.pro.br/textos/textos_anteriores/txt_ant_03.htm. Acesso em: 10 out 2007.
- MEC. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988.
- MEC, Instituto Nacional do Livro. O jovem deve saber tudo sobre o Projeto Rondon. Coleção Brasil Hoje nº 9, Rio de Janeiro: Bloch, 1972.
- MILANESI, Luís. *A casa da invenção: biblioteca, centro de cultura*. 4 ed, São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- PAIVA, Mário Garcia de. *A grande aventura de Rondon*. Coleção Documentos, Rio de Janeiro: INL MEC, 1971.
- REVISTA Com Ciência. (2001) disponível em: <http://www.comciencia.br/entrevistas/boas.htm>. Acesso em: 13 out. 2007.
- RODRIGUES, Mauro Costa. disponível em: http://www.ufrgs.br/projetorondon/framepage_historico.htm. Acesso em 5 out. 2007.
- RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Índios do Brasil. Do Centro ao Noroeste e Sul de Mato-Grosso*. Rio de Janeiro, v 1, pub. nº 97, CNPI/Ministério da Agricultura, 1946.
- SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação e pesquisa*. São Paulo: Hacker Editores, 2001.
- SANTOS, Milton. *O espaço cidadão*. São Paulo: Nobel, 1993.
- SANTOS, Roberto Elísio dos. *Introdução à teoria da comunicação*. 2 ed, São Paulo: Editora da UMESP, 1998.
- UNIVERSO. *Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos / Universidade Salgado de Oliveira, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, SIMÃO, M. e BARCELOS, R. (orgs), Niterói, 2005.*

VICENTINO, Cláudio; DORICO, Gianpaolo. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1998.